

O regresso da crise do euro

Espanha, Itália, Chipre e, agora, Portugal. O alívio sentido nos últimos meses de 2012 deu lugar a novas tensões entre o Norte e o Sul. Como deverá o Governo de Passos Coelho posicionar-se, numa Europa cada vez mais dividida?

POR CLARA TEIXEIRA

Nos últimos seis meses, a Europa ganhou um milhão de novos desempregados. Os dados são da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e não deixam dúvidas: dos 26 milhões de europeus sem ocupação, mais de 10 milhões perderam o posto de trabalho desde o início da crise económica e financeira, em 2007. Apenas cinco dos 27 Estados da União Europeia (UE) mantiveram ou melhoraram os níveis de emprego anteriores à crise – Alemanha, Áustria, Luxemburgo, Hungria e Malta.

A receita aplicada – mais impostos e mais cortes na despesa – trouxe, afinal, mais desemprego. Só em Portugal, mais de um milhão de pessoas estão sem trabalho e a taxa de desemprego ameaça chegar a 19%, no final do ano. Os mais jovens e menos qualificados são as vítimas do costume, nos países mais afetados como Portugal, Espanha, Grécia e Chipre. Cansados de austeridade, a saída do euro é uma hipótese que se pode colocar, se não no imediato, pelo menos a prazo, aos países resgatados ou em vias de o serem. Para um alto quadro da UE em Portugal, «a Europa está a meio da ponte, mas como não há condições para dar o salto em frente, caminhando para uma federação, corremos o risco de ter de andar para trás, como no Chipre». O pior cenário? «A Europa transformar-se num monstro sem cabeça, dando espaço ao regresso dos nacionalismos.»

Chipre, com o regresso do controlo sobre os capitais, tornou-se o primeiro país a sair do euro, embora permanecendo no euro. «Há um ‘Antes de Chipre’ e um ‘Depois de Chipre’. Está fora da Zona Euro desde que a moeda deixou de circular livremente. O euro de Chipre vale menos do que o euro da Alemanha. O euro deixou de ser uma moeda única», diz José Maria Castro Caldas, investigador no Centro de Estudos Sociais, em Coimbra.

Maria João Rodrigues, conselheira junto das instituições europeias, mostra-se crítica da falta de soluções sistémicas contra



Os pequenos países que ameaçam a divisa europeia

Depois do Chipre, fazem-se apostas nas bolsas europeias sobre o próximo membro do euro a cair. Há uma única certeza: será um dos mais pequenos e terá uma banca sobredimensionada. A edição de domingo do jornal catalão *La Vanguardia* elencava o Luxemburgo (onde a banca vale 21,7 vezes mais que o PIB), Malta, Eslovénia, Lituânia, Estónia e Eslovénia. Mas é a Eslovénia que lidera, pelas piores razões. Membro do clube do euro desde 2007, esta antiga república jugoslava, com 2 milhões de habitantes, foi mais uma das vítimas da crise económica e financeira. A sua economia, fortemente dependente da banca e do imobiliário, recuou 2,3% em 2012 e, para este ano, prevê-se uma nova contração de 2%. As casas deixaram de se vender e os depósitos bancários caíram 7%, desde 2010. A Eslovénia não é um *offshore* como Chipre ou Malta, onde o setor financeiro supera em 7 a 8 vezes o PIB, mas os seus bancos, com um peso que equivale a 1,4 vezes o produto, causam sérias preocupações. Grande parte dos empréstimos concedidos às empresas públicas transformaram-se em mau crédito – que atinge 7 mil milhões de euros, segundo o FMI –, e terão como destino o banco tóxico que o novo Governo de Alenka Bratusek está a constituir. Mas a leitura dos mercados é a de que a Eslovénia entrou já numa espiral de recessão e de dívida, típica dos países sob resgate. Os juros da dívida a dez anos ultrapassaram os 6,5% e um pedido de ajuda – o sexto, na Zona Euro – poderá estar por dias.

Eslovénia 2012

- > PIB (35,5 mil milhões de euros) **-2,3%**
- > Desemprego **13,6%**
- > Défice orçamental **4,4%**
- > Dívida pública **54%**



PHOTOS: ANDRÉAS MANIΛIS



Foto: AFP - T. DUBOIS/AGF

Europa (des)unida

Os sorrisos entre os chefes de Governo disfarçam uma desagregação que tem como epicentro o euro. A União Europeia está a rasgar-se?

esta crise do euro, «que é muito mais do que a soma das crises nacionais». «Até dezembro, estiveram em cima da mesa respostas sistémicas como a união bancária, o orçamento europeu ou a emissão de euro obrigações. Depois disso, a Europa entrou noutra registo, condicionada pela proximidade das eleições alemãs. Os passos dados foram muito curtos.» Entretanto, os escândalos de corrupção em Espanha, a crise política em Itália, o colapso do Chipre e, agora, o comprometimento das metas orçamentais em Portugal, trouxeram de novo a crise do euro para a primeira linha do debate europeu.

«Estamos a assistir a algo inesperado: a incapacidade de responder à crise do euro. Deixou de haver soluções globais, cada país está por si. É o início do esboroar da União Económica e Monetária. Não há condições políticas para fazer nada, sem o 'sim' alemão», concorda Castro Caldas.

É Portugal?

«A decisão do Tribunal Constitucional (TC) teve grande impacto na Europa. Portugal era um caso dado como controlado», refere a conselheira da UE. Nas entrelinhas do último discurso do primeiro-ministro, houve quem lesse a intenção de pedir um segundo resgate, que Castro Caldas considera inevitável: «Sem o regresso aos mercados, o empréstimo de 78 mil milhões de

Não há moeda única sem Europa

Pode uma moeda sobreviver sem um Estado? Não. Para Elie Cohen, diretor do CNRS, centro de pesquisa francês, e um dos economistas que pertenceu ao núcleo duro de conselheiros de François Hollande. «não podemos fazer uma moeda sem um Estado». «Mas quem deseja o federalismo? Os grandes países não estão interessados nisso.» Assim sendo, o futuro da Europa do euro está traçado: «Espera-nos uma Europa alemã, prosseguindo a solidez orçamental, com um longo período de sofrimento» e a saída de alguns países do euro, «dinâmica que já existe». O economista francês desenhava o futuro da Europa numa conferência em Serralves, na passada semana. Extremamente crítico, Elie Cohen chama mesmo OVNI à Europa do euro. «Pensou-se que, fixando os critérios do défice e introduzindo mecanismos de controlo mútuo, se controlava as diversas economias. Mas este pacto começou a não ser cumprido precisamente pela França e Alemanha.» Uma mesma política económica em países diferentes – «rigorosos, uns, laxistas, outros» – não resultou. Conclusão: «Assiste-se a uma decomposição e desintegração. A união bancária, criada em junho de 2012, já foi esvaziada em 2013 e a Europa tornou-se o principal problema da economia mundial». **C.P.**

euros não chega para garantir o serviço da dívida. Precisamos de mais dinheiro», assegura o economista do CES. «E de encontrar saídas. Sem partilha de benefícios entre as economias mais fortes do Norte e as mais débeis do Sul, haverá um aprofundamento da crise da periferia e a contaminação do Centro da Europa. Para alguns países, isso pode implicar a saída do euro. Esse é o debate que começa a ser feito em Portugal».

Não é essa a opinião de Maria João Rodrigues. «Portugal tem que saber colocar o seu problema noutros termos junto das instâncias internacionais.» Recordando que o Ecofin deste final de semana, em Dublin, onde deverá ser discutido o prolongamento, em 5 a 7 anos, dos prazos de pagamento do empréstimo a Portugal, «tem um caráter informal», a ex-ministra do Emprego de António Guterres sublinha que «a instância com a qual Portugal deve discutir é a cimeira de líderes da Zona Euro». E não os técnicos da *troika*, o Ecofin ou o Eurogrupo, aos quais os alemães impõem mais facilmente o seu poder de decisão. E deixa um alerta: «Mais tempo não tem que significar mais dinheiro. Depende das condições de financiamento, como juros mais baixos, maturidades e períodos de carência mais longos. Isto tem que ser desmistificado.»

O «chumbo» do TC, que representa um esforço adicional de 1,3 mil milhões de euros (0,8% do PIB), para o cumprimento das metas orçamentais, poderá obrigar o Governo a pedir aos credores internacionais uma revisão profunda do programa de ajustamento ou, pelo menos, a revisão do calendário da consolidação orçamental – depois de já o ter feito duas vezes, em outubro de 2012 e em março de 2013. O certo é que uma nova visita, extraordinária, da *troika* é esperada na próxima semana e que, até que o Governo se comprometa com medidas alternativas de redução da despesa, a oitava tranche do empréstimo, no valor de 2 mil milhões de euros, não será entregue a Portugal. **✓**